

Principais julgados do STF e STJ comentados 2014

Márcio André Lopes Cavalcante

- Inclui as súmulas organizadas por assunto
- Abrange os informativos
733-771 STF e 533-552 STJ
- Confira as atualizações
periodicamente publicadas no site

1ª edição . Manaus, 2015

Dizer  Direito
Editora

Copyright © 2015, Márcio André Lopes Cavalcante
Todos os direitos desta edição reservados à Dizer o Direito Editora.

Revisão:
Mariana Guimarães e Freitas

Projeto gráfico e capa:
Carla Piaggio | www.carlapiaggio.com.br

Diagramação:
Carla Piaggio, Mariucha Ponte, Thalita Amorim, Carolina Barreto, Abreu's System

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C376 Cavalcante, Márcio André Lopes.
Principais julgados do STF e STJ comentados 2014 / Márcio André Lopes Cavalcante. – Manaus : Dizer o direito, 2015.
1581 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-67168-04-3

1. Direito – Brasil. 2. Brasil – Supremo Tribunal Federal.
3. Brasil – Superior Tribunal de Justiça. I. Título.

CDD – 347.03581

Ficha catalográfica: Elisabete Passos dos Santos CRB5/533

Dizer  **Direito**
Editora

www.dizerodireito.com.br

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,
por qualquer meio, total ou parcial, constitui violação da lei nº 9.610/98.

1140986

Sumário

APRESENTAÇÃO	33
DIREITO CONSTITUCIONAL	35
1 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	35
1.1 JUDICIÁRIO PODE OBRIGAR ADMINISTRAÇÃO A MANTER QUANTIDADE MÍNIMA DE MEDICAMENTO EM ESTOQUE.....	35
1.2 CONTROLE JURISDICIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	36
1.3 É CONSTITUCIONAL A LEI QUE VEDA QUE OCUPANTES DA CARREIRA POLICIAL EXERÇAM ADVOCACIA.....	43
1.4 A COBRANÇA DE "TAXA DE ALIMENTAÇÃO" POR INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE É INCONSTITUCIONAL.....	43
1.5 DIREITO DE ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE EXPEDIÇÃO DE PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS.....	45
1.6 DIREITO DE ACESSO A INFORMAÇÕES DETALHADAS DO CARTÃO CORPORATIVO DO GOVERNO.....	45
2 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	47
2.1 FORMAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS.....	47
2.2 INTERVENÇÃO.....	50
3 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	59
3.1 MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA PROJETO DE LEI SUPOSTAMENTE INCONSTITUCIONAL.....	59
3.2 PETIÇÃO INICIAL DA ADI/ADC.....	59
3.3 RESOLUÇÃO DO TSE PODE SER OBJETO DE ADI.....	60
3.4 REGIMENTO INTERNO DE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PODE SER OBJETO DE ADI.....	60
3.5 DECISÃO ADMINISTRATIVA DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA PODE SER OBJETO DE ADI.....	60
3.6 <i>AMICUS CURIAE</i>	62

3.7	POSSIBILIDADE DE O STF MODIFICAR ENTENDIMENTO FIRMADO EM SEDE DE CONTROLE CONCENTRADO.....	65
3.8	REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM FACE DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.....	66
3.9	ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO.....	69
3.10	MODULAÇÃO DE EFEITOS EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	76
3.11	CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO.....	76
3.12	QUÓRUM DE SESSÃO E DISCUSSÃO SOBRE A RECEPÇÃO DE LEI OU ATO NORMATIVO.....	78
4	COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS.....	80
4.1	COMPETÊNCIAS DA UNIÃO.....	80
4.2	COMPETÊNCIAS ESTADUAIS.....	83
4.3	COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS.....	91
5	NORMAS DE CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS DECLARADAS INCONSTITUCIONAIS PELO STF.....	91
5.1	PRAZO PARA O GOVERNADOR APRESENTAR PROJETOS DE LEI OU PARA EDITAR ATOS ADMINISTRATIVOS.....	91
5.2	AUTORIZAÇÃO DA ALE PARA QUE O GOVERNADOR (OU O VICE) SE AUSENTE DO PAÍS QUALQUER QUE SEJA O PRAZO.....	92
5.3	VINCULAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES AO SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL.....	93
5.4	ISONOMIA DE VENCIMENTOS ENTRE MEMBROS DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR.....	94
5.5	REGRAS PARA O SERVIDOR EM DISPONIBILIDADE DIFERENTES DO MODELO INSTITUÍDO PELA CF/88.....	94
5.6	DISPONIBILIDADE REMUNERADA A EX-DETENTOR DE MANDATO ELETIVO.....	95
5.7	REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A DIREÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DEVERÃO SEGUIR O ART. 144 DA CF/88.....	96
5.8	OBRIGAÇÕES PARA SERVIDORES MUNICIPAIS NEM PARA EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.....	97
5.9	REGIME TRABALHISTA DOS SERVIDORES DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.....	98
5.10	PERDA DE MANDATO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DE FORMA DIFERENTE DOS DEPUTADOS FEDERAIS.....	98
5.11	INICIATIVA DA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA AO GOVERNADOR DO ESTADO E CRIAÇÃO DE CONSELHO ESTADUAL DE JUSTIÇA.....	99
5.12	LIMITES À REMUNERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.....	100
5.13	VINCULAR DETERMINADAS RECEITAS PARA O PAGAMENTO DE APENAS UMA ESPÉCIE DE PRECATÓRIO.....	101
5.14	NORMAS DE CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS JULGADAS COMPATÍVEIS COM A CF/88.....	102

6 PODER LEGISLATIVO.....	108
6.1 INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI QUE VINCULA REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS AO SUBSÍDIO DOS FEDERAIS.....	108
6.2 VEDAÇÃO AO PAGAMENTO DE QUALQUER VALOR A PARLAMENTAR POR PARTICIPAÇÃO EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	109
6.3 INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI QUE DETERMINA A APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE BENS À ALE.....	110
6.4 IMUNIDADE PARLAMENTAR.....	111
6.5 PERDA DO MANDATO EM CASO DE CONDENAÇÃO CRIMINAL DE DEPUTADO FEDERAL OU SENADOR.....	114
7 PROCESSO LEGISLATIVO.....	114
7.1 MEDIDA PROVISÓRIA E ANÁLISE DOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA.....	114
7.2 LEI QUE VIOLA AS REGRAS IMPOSTAS PELA LC 95/98.....	114
7.3 INICIATIVA DE LEI QUE DISPONHA SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	116
7.4 INICIATIVA DE LEI QUE DISPONHA SOBRE ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	118
7.5 INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE CRIA ÔNUS PARA SECRETARIA DE ESTADO.....	121
7.6 INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE CONCEDE ISENÇÃO DE TARIFAS MUNICIPAIS.....	121
7.7 EMENDA PARLAMENTAR EM PROJETOS DE LEIS DOS PODERES EXECUTIVO E JUDICIÁRIO.....	122
7.8 INCONSTITUCIONALIDADE DE EC INICIADA POR PARLAMENTAR TRATANDO SOBRE MATÉRIAS DO ART. 61, § 1º DA CF.....	127
7.9 OUTROS TEMAS.....	128
8 TRIBUNAL DE CONTAS.....	132
8.1 INICIATIVA PRIVATIVA PARA AS LEIS QUE TRATAM SOBRE SUA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	132
8.2 INCONSTITUCIONALIDADE DA ESTIPULAÇÃO DE RESTRIÇÕES À ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS.....	133
8.3 COMPETÊNCIA DO TCE PARA JULGAR AS CONTAS DOS PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS.....	135
8.4 FISCALIZAÇÃO DO TCU SOBRE VALORES DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	137
8.5 FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO QUE RECEBEM RECURSOS PÚBLICOS	140
8.6 LEI ESTADUAL QUE VEDA ACESSO DE DOCUMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS É INCONSTITUCIONAL.....	141
8.7 DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO JULGAMENTO PELO TCU.....	142

8.8 ILEGITIMIDADE DO MP PARA EXECUÇÃO DE CONDENAÇÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE CONTAS.....	143
9 PODER JUDICIÁRIO.....	145
9.1 JUÍZES SUBSTITUTOS POSSUEM A GARANTIA DA INAMOVIBILIDADE...	145
9.2 ELEVAÇÃO DE ENTRÂNCIA DA COMARCA E SITUAÇÃO DO JUIZ QUE LÁ ERA TITULAR.....	147
9.3 PROVIMENTO DA CORREGEDORIA DETERMINANDO A PERMANÊNCIA DE MAGISTRADO NA COMARCA: INCONSTITUCIONALIDADE.....	148
9.4 AJUDA DE CUSTO PARA TRANSPORTE E MUDANÇA DE MAGISTRADOS.	149
9.5 PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS DE JUIZ FEDERAL.....	150
9.6 PROMOÇÃO DE JUIZ FEDERAL PARA O TRF.....	151
9.7 QUÓRUM PARA RECUSAR A PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE MAGISTRADO.....	153
9.8 CRITÉRIO DE DESEMPATE NA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE MAGISTRADOS.....	154
9.9 EXISTÊNCIA DE INQUÉRITO CONTRA CANDIDATO AO QUINTO CONSTITUCIONAL E PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	155
9.10 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	156
9.11 RECURSO CONTRA A PROVA ORAL NOS CONCURSOS DA MAGISTRATURA.....	161
10 MINISTÉRIO PÚBLICO.....	163
10.1 INTERVENÇÃO DO MP NAS AÇÕES CÍVEIS.....	163
10.2 LEGITIMIDADE DO MP PARA AÇÃO DE ALIMENTOS.....	166
10.3 PRERROGATIVA DO MP DE SE SENTAR AO LADO DIREITO DO JUIZ.....	166
10.4 LIMITES À ATUAÇÃO DO CNMP.....	166
10.5 MEMBRO DO MPT TEM LEGITIMIDADE PARA INTERPOR RE CONTRA DECISÕES DO TST.....	167
10.6 ANULAÇÃO DE QUESTÕES PELO CONSELHO SUPERIOR DO MPE OU PELO COLÉGIO DE PROCURADORES.....	169
11 DEFENSORIA PÚBLICA.....	171
11.1 INCONSTITUCIONALIDADE DA DEFENSORIA DATIVA COMO FORMA PRIMORDIAL DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA.....	171
11.2 DEFENSORIA PÚBLICA NÃO É SUBORDINADA AO GOVERNADOR NEM INTEGRA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	173
11.3 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ENCAMINHADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA E ATUAÇÃO DO GOVERNADOR.....	173
11.4 INTIMAÇÃO PESSOAL COM O RECEBIMENTO DOS AUTOS NA INSTITUIÇÃO.....	178
11.5 DEFENSORIA PÚBLICA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	180
12 ADVOCACIA PÚBLICA.....	181
12.1 INCONSTITUCIONALIDADE DE CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURÍDICO NO PODER EXECUTIVO.....	181

12.2	PROCURADOR-GERAL DO ESTADO E FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....	182
12.3	PRERROGATIVAS DE PROCURADORES DO ESTADO E ANÁLISE DE SUA CONSTITUCIONALIDADE.....	184
12.4	INTIMAÇÃO PESSOAL DE ADVOGADOS PÚBLICOS.....	186
12.5	INTIMAÇÃO DO REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL.....	187
12.6	FÉRIAS DOS PROCURADORES FEDERAIS.....	188
13	TEMAS DIVERSOS.....	191
13.1	LEI GERAL DA COPA: CONSTITUCIONALIDADE.....	191
13.2	ADVOGADO TEM DIREITO DE SER ATENDIDO NO INSS INDEPENDENTEMENTE DE DISTRIBUIÇÃO DE FICHAS.....	197
13.3	UNIÃO É PARTE LEGÍTIMA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DE AÇÃO BUSCANDO ASSEGURAR GRATIFICAÇÃO A POLICIAL CIVIL DO DF.....	198
13.4	ÍNDIOS.....	199
13.6	EXPROPRIAÇÃO DAS PROPRIEDADES ONDE É EXPLORADO TRABALHO ESCRAVO.....	206
13.7	A SEGURANÇA VIÁRIA FOI INSERIDA NO ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	206
13.8	PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER.....	207
14	EXERCÍCIOS DE REVISÃO.....	208
DIREITO ADMINISTRATIVO.....		219
1	PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS.....	219
1.1	PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA E NECESSIDADE DE SE GARANTIR CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.....	219
1.2	SUSPENSÃO CAUTELAR DE GRATIFICAÇÃO SUPOSTAMENTE INDEVIDA.....	220
1.3	CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	221
2	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	222
2.1	PERSONALIDADE JUDICIÁRIA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS E DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS.....	222
2.2	NOMEAÇÃO DE DIRIGENTES DE ENTIDADES E PRÉVIA APROVAÇÃO DA ALE.....	223
2.3	NOMEAÇÃO E DESTITUIÇÃO DE DIRIGENTES DE AGÊNCIAS REGULADORAS E PRÉVIA APROVAÇÃO DA ALE.....	225
2.4	SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS.....	226
2.5	SUSPENSÃO ADMINISTRATIVA DO PORTE DE ARMA DE POLICIAL ACUSADO DE CRIME.....	229
3	RESPONSABILIDADE CIVIL.....	230
3.1	RESPONSABILIDADE DA UNIÃO POR PLANO ECONÔMICO E CONGELAMENTO DE TARIFAS ("CASO VARIG").....	230

3.2	RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS TRÊS ENTES POR MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SUS.....	233
3.3	PRAZO PRESCRICIONAL DA AÇÃO AJUIZADA PELO INSS CONTRA O EMPREGADOR.....	234
4	LICITAÇÃO.....	237
4.1	EXIGÊNCIA DE QUE O LICITANTE TENHA EXPERIÊNCIA ANTERIOR EM OBRA DE ENGENHARIA SIMILAR.....	237
5	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	238
5.1	EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO DE PERMISSÃO E AUSÊNCIA DE PRÉVIA LICITAÇÃO.....	238
5.2	INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA ESTADUAL QUE ESTIPULA PRAZOS PARA O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO EM CASO DE ENCAMPAMENTO.....	239
5.3	PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDA SEM LICITAÇÃO.....	241
6	DESAPROPRIAÇÃO.....	243
6.1	NOÇÕES GERAIS.....	243
6.2	DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA E ÁREA DE RESERVA LEGAL.....	247
6.3	JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA NA COMPLEMENTAÇÃO DE TDA.....	248
7	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	249
7.1	NOÇÕES GERAIS.....	249
7.2	SINDICÂNCIA.....	250
7.3	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PROPRIAMENTE DITO (PAD).....	251
7.4	OUTROS TEMAS SOBRE O JULGAMENTO DO PAD.....	255
7.5	PRESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	260
7.6	INDEPENDÊNCIA DE INSTÂNCIAS.....	263
7.7	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SÚMULA VINCULANTE 14 STF.....	265
8	CONCURSOS PÚBLICOS.....	266
8.1	LIMITE DE IDADE EM CONCURSO PÚBLICO.....	266
8.2	CLÁUSULA DE BARREIRA EM CONCURSO PÚBLICO É CONSTITUCIONAL.....	267
8.3	PROVA DE TÍTULOS.....	268
8.4	VALIDADE DO TESTE PSICOTÉCNICO.....	269
8.5	EXAME MÉDICO ADMISSIONAL POSSUI CARÁTER ELIMINATÓRIO EM CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS.....	269
8.6	CANDIDATO COM SURDEZ UNILATERAL NÃO TEM DIREITO ÀS VAGAS RESERVADAS AOS DEFICIENTES.....	271
8.7	INVESTIGAÇÃO SOCIAL.....	272
8.8	CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO APENAS PELO DIÁRIO OFICIAL.....	275

8.9	TESTE FÍSICO EM CONCURSO PÚBLICO E INEXISTÊNCIA DE DIREITO À SEGUNDA CHAMADA.....	276
8.10	GOVERNADOR É PARTE ILEGÍTIMA EM MS CONTRA ATO DE CONCURSO ESTADUAL.....	277
8.11	TERMO INICIAL DO MANDADO DE SEGURANÇA ENVOLVENDO CONCURSO PÚBLICO.....	278
8.12	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA QUE CONTRATA ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA EM VEZ DE CONVOCAR ADVOGADOS APROVADOS.....	281
8.13	TEORIA DO FATO CONSUMADO: INAPLICABILIDADE EM CONCURSO PÚBLICO.....	282
8.14	LEI QUE EFETIVAVA SERVIDORES SEM CONCURSO PÚBLICO E MODULAÇÃO DOS SEUS EFEITOS.....	285
8.15	INCONSTITUCIONALIDADE DE EFETIVAÇÃO DE SUBSTITUTO EM CARTÓRIO APÓS A CF/88.....	287
9	SERVIDORES PÚBLICOS.....	287
9.1	ATO INFRALEGAL NÃO PODE INSTITUIR GRATIFICAÇÃO.....	287
9.2	VEDAÇÃO À VINCULAÇÃO OU EQUIPARAÇÃO DE ESPÉCIES REMUNERATÓRIAS.....	287
9.3	IMPOSSIBILIDADE DE AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS POR MEIO DE DECISÃO JUDICIAL.....	288
9.4	SERVIDOR PÚBLICO INATIVO NÃO GOZA DO ADICIONAL DE FÉRIAS...289	
9.5	LEI PODE PASSAR A EXIGIR NÍVEL SUPERIOR PARA CARGO PÚBLICO, AUMENTANDO SUA REMUNERAÇÃO.....	290
9.6	IMPOSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO SEM ALTERAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR.....	291
9.7	INCONSTITUCIONALIDADE DA ASCENSÃO E TRANSPOSIÇÃO.....	293
9.8	CONTRATAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEM CONCURSO PÚBLICO E AUSÊNCIA DE EFEITOS TRABALHISTAS.....	296
9.9	GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO GENÉRICA DEVE SER ESTENDIDA AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS.....	300
9.10	TETO CONSTITUCIONAL REMUNERATÓRIO.....	306
9.11	CONCEITO DE CARGO TÉCNICO PARA OS FINS DO ART. 37, XVI, "B", DA CF/88.....	312
9.12	IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS SE A JORNADA SEMANAL ULTRAPASSAR 60H.....	313
9.13	LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE CÔNJUGE.....	315
9.14	APOSENTADORIA ESPECIAL PARA SERVIDOR PÚBLICO (SÚMULA VINCULANTE 33-STF).....	318
9.15	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (LEI 8.112/90).....	321
9.16	PRAZO DA AÇÃO DE REVISÃO DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO.....	323

9.17	PENSÃO POR MORTE (LEI 8.112/90)	327
9.18	DESPEDIDA DE EMPREGADO PÚBLICO E MOTIVAÇÃO	331
9.19	INCONSTITUCIONALIDADE DE DISPOSITIVO DA CE QUE AMPLIE AS HIPÓTESES DO ART. 19 DO ADCT DA CF/88	332
9.20	SERVIDORES TEMPORÁRIOS (ART. 37, IX, DA CF/88)	335
9.21	RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS	342
10	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	344
10.1	NOÇÕES GERAIS	344
10.2	SUJEITOS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	346
10.3	ELEMENTO SUBJETIVO	351
10.4	AÇÃO DE IMPROBIDADE CONTRA AGENTES POLÍTICOS É DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE 1ª INSTÂNCIA	351
10.5	COMPETÊNCIA PARA JULGAR IMPROBIDADE E VERBAS TRANSFERIDAS PELA UNIÃO AO MUNICÍPIO	352
10.6	PROCEDIMENTO	354
10.7	INDISPONIBILIDADE DE BENS	355
10.8	ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO (ART. 10)	361
10.9	ATOS DE IMPROBIDADE QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 11)	363
10.10	PRAZO PRESCRICIONAL	367
10.11	NÃO SE APLICA À SENTENÇA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA O ART. 19 DA LACP	370
10.12	REDUÇÃO DA PENA DE MULTA MESMO SEM PEDIDO EXPRESSO DO RECORRENTE	371
10.13	REVISÃO DAS SANÇÕES IMPOSTAS EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL	372
11	TEMAS DIVERSOS	373
11.1	NORMAS ADMINISTRATIVAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO	373
11.2	EXERCÍCIO DA ADVOCACIA E CARGOS PÚBLICOS	376
11.3	DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR	378
11.4	FGTS	379
12	EXERCÍCIOS DE REVISÃO	385
OK	DIREITO ELEITORAL	391
1	INELEGIBILIDADE REFLEXA (ART. 14, § 7º, DA CF/88)	391
2	FIXAÇÃO DO NÚMERO DE DEPUTADOS FEDERAIS	394
3	CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 4º DA LEI 9.504/97	401
4	MP PODE RECORRER DA SENTENÇA QUE DEFERIU REGISTRO DE CANDIDATURA	402

5	MAGISTRADO PODE DECIDIR COM BASE EM FATOS E CIRCUNSTÂNCIAS NÃO ALEGADOS PELAS PARTES.....	404
6	MP PODE REQUISITAR A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL PARA APURAR CRIMES ELEITORAIS.....	405
7	“DOLO ESPECÍFICO” NO CRIME DE CORRUPÇÃO ELEITORAL (ART. 299 DO CE).....	408
9	COMPETÊNCIA PARA JULGAR MS IMPETRADO CONTRA PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL.....	410
8	UTILIZAÇÃO INDEVIDA DA IMAGEM DA PESSOA EM PROPAGANDA POLÍTICO-ELEITORAL.....	411
	DIREITO CIVIL.....	413
1	DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	413
1.1	NASCITURO	413
1.2	DIREITO À IMAGEM	415
1.3	INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA PARA PESSOA QUE JÁ CUMPRIU MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	419
2	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	422
2.1	DESCONSIDERAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA MODESTA E RESPONSABILIZAÇÃO DO SÓCIO NÃO GERENTE	422
2.2	DESCONSIDERAÇÃO INCIDENTAL	423
2.3	DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	424
2.4	(I)LEGITIMIDADE DA PESSOA JURÍDICA PARA RECORRER CONTRA A DECISÃO QUE DETERMINA A DECONSIDERAÇÃO	428
3	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	430
3.1	SIMULAÇÃO ALEGADA PELO RÉU EM SEDE DE CONTESTAÇÃO	430
4	PRESCRIÇÃO.....	433
4.1	PRAZO PRESCRICIONAL NO CONTRATO DE RESSEGURO É DE 1 ANO	433
4.2	OUTROS PRAZOS PRESCRICIONAIS	434
5	OBRIGAÇÕES	435
5.1	JUROS	435
5.2	CLÁUSULA PENAL.....	440
6	RESPONSABILIDADE CIVIL	442
6.1	AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL DA CEF POR ROUBO OCORRIDO EM CASA LOTÉRICA.....	442
6.2	CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO EM FORMA DE PENSÃO MENSAL E CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL	444
6.3	CREDORES DE INDENIZAÇÃO POR MORTE NÃO PODEM EXIGIR QUE O PAGAMENTO SEJA EFETUADO DE UMA SÓ VEZ	447
6.4	FIXAÇÃO INDIVIDUALIZADA DOS DANOS MORAIS POR MORTE DE PARENTE	449

6.5	CUMULAÇÃO DE PENSÃO PREVIDENCIÁRIA POR MORTE E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS	450
6.6	RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABUSO NO DIREITO DE PROPORÇÃO DE EXECUÇÃO.....	451
6.7	DANOS MORAIS POR ENCERRAMENTO DE CURSO DE GRADUAÇÃO.....	453
6.8	AUSÊNCIA DE COLETA DAS CÉLULAS-TRONCO NO MOMENTO DO PARTO	455
6.9	DANOS SOCIAIS	457
6.10	DPVAT	461
7	CONTRATOS.....	471
7.1	COMPRA E VENDA	471
7.2	DOAÇÃO INOFICIOSA	472
7.3	CONTRATO DE SEGURO.....	474
7.4	FIANÇA	482
7.5	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	489
7.6	CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE	493
7.7	CONTRATO DE CAPITALIZAÇÃO	494
7.8	SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO.....	496
8	PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	499
8.1	PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS PELA EXECUÇÃO DE MÚSICAS EM CASAMENTO.....	499
8.2	PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS PELA EXECUÇÃO DE MÚSICAS EM CLÍNICAS MÉDICAS	501
8.3	PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS PELA EXECUÇÃO DE MÚSICAS EM SUPERMERCADO	502
8.4	VALIDADE DA TABELA DE PREÇOS DE DIREITOS AUTORAIS INSTITUÍDA PELO PRÓPRIO ECAD.....	503
8.5	TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA NO CASO DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO NÃO AUTORIZADA DE MÚSICAS	504
9	DIREITOS REAIS	505
9.1	CONDOMÍNIO EDILÍCIO.....	505
9.2	USUFRUTO	509
10	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA	511
10.1	NOÇÕES GERAIS	511
10.2	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS MÓVEIS NO ÂMBITO DO MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS.....	512
10.3	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS IMÓVEIS.....	519
10.4	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REGIDA PELO CÓDIGO CIVIL	521
11	PROMESSA DE COMPRA E VENDA	521
11.1	AÇÃO DE RESOLUÇÃO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL SEM O REGISTRO DO LOTEAMENTO	521

11.2	RESCISÃO DO CONTRATO E INDENIZAÇÃO POR ACESSÕES OU BENFEITORIAS FEITAS SEM LICENÇA DO MUNICÍPIO.....	522
12	UNIÃO ESTÁVEL	525
12.1	A VALORIZAÇÃO DAS COTAS SOCIAIS PERTENCENTES AO COMPANHEIRO NÃO SE COMUNICA AO OUTRO CONSORTE DA UNIÃO ESTÁVEL	525
12.2	COMPANHEIRA SOBREVIVENTE TEM DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 1.831 DO CC	527
13	PARENTESCO.....	533
13.1	AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE E COISA JULGADA MATERIAL	533
13.2	INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE E NOVO DNA CASO O PRIMEIRO TENHA SIDO INCONCLUSIVO	534
13.3	NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA PARA COMPROVAR A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA.....	536
13.4	AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE.....	538
13.5	AÇÃO NEGATÓRIA DE PARENTESCO AJUIZADA PELO IRMÃO E RECUSA DO RÉU AO DNA.....	543
13.6	ALIENAÇÃO PARENTAL.....	544
13.7	GUARDA COMPARTILHADA.....	550
14	ALIMENTOS.....	555
14.1	AUXÍLIO-ACIDENTE, CESTA-ALIMENTAÇÃO E VALE-ALIMENTAÇÃO ESTÃO EXCLUÍDAS DO DESCONTO PARA FINS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA...	555
14.2	OBRIGAÇÃO ALIMENTAR E ESPÓLIO	556
14.3	ALIMENTOS PROVISÓRIOS, PROVISIONAIS E DEFINITIVOS.....	558
14.4	LEGITIMIDADE DO MP PARA AÇÃO DE ALIMENTOS	559
14.5	SENTENÇA DE REDUÇÃO, MAJORAÇÃO OU EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS E EFEITO RETROATIVO	561
14.6	JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E EXECUÇÃO ALIMENTOS.....	563
14.7	PRISÃO CIVIL E PRISÃO ESPECIAL.....	565
14.8	ALIMENTOS TRANSITÓRIOS PODEM SER EXECUTADOS SEGUNDO O RITO DO ART. 733 DO CPC	566
14.9	ADJUDICAÇÃO DOS DIREITOS HEREDITÁRIOS DO ALIMENTANTE PARA PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA	568
15	BEM DE FAMÍLIA.....	570
15.1	NOÇÕES GERAIS	570
15.2	BEM DE FAMÍLIA OCUPADO POR FAMILIAR	572
15.3	POSSIBILIDADE DE PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA DO FIADOR.....	572
15.4	EXECUTADO QUE ALIENA O BEM DE FAMÍLIA PRÁTICA FRAUDE À EXECUÇÃO?.....	573
15.5	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA DOS SÓCIOS	575

16 SUCESSÕES.....	577
16.1 CAPACIDADE PARA SUCEDER É REGIDA PELA LEI DA ÉPOCA DA ABERTURA DA SUCESSÃO	577
16.2 ESPÓLIO	578
16.3 TESTAMENTO	579
17 EXERCÍCIOS DE REVISÃO.....	581
OK DIREITO DO CONSUMIDOR	587
1 CONCEITO DE CONSUMIDOR	587
1.1 TEORIA FINALISTA MITIGADA	587
1.2 AQUISIÇÃO DE AVIÃO POR EMPRESA IMOBILIÁRIA.....	589
1.3 APLICAÇÃO DO CDC A CONTRATO DE SEGURO EMPRESARIAL	589
1.4 TRANSPORTE INTERNACIONAL ENVOLVENDO IMPORTADOR QUE NÃO SEJA CONSUMIDOR: CONVENÇÃO DE VARSÓVIA.....	590
1.5 CONTRATO DE INVESTIMENTO E DESCUMPRIMENTO DO MECANISMO DE "STOP LOSS"	592
1.6 COMPETÊNCIA PARA JULGAR DEMANDA E CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO.....	594
2 RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO.....	595
2.1 TENTATIVA DE ROUBO OCORRIDA NO ESTACIONAMENTO DE <i>SHOPPING CENTER</i>	595
2.2 CORPO ESTRANHO NO REFRIGERANTE.....	599
2.3 ATRASO DE VOO E FALTA DE INFORMAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA AOS PASSAGEIROS.....	601
2.4 PRAZO PRESCRICIONAL EM CASO DE DANOS DECORRENTES DO EXTRAVIO DE TALÃO DE CHEQUES PELO BANCO	603
2.5 INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL E DANOS DECORRENTES DE CONTAMINAÇÃO DO LENÇOL FREÁTICO	604
3 RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO	606
3.1 VÍCIOS EXISTENTES EM VESTIDO DE NOIVA DEVEM SER RECLAMADOS EM ATÉ 90 DIAS	606
3.2 DANO MORAL DECORRENTE DE CARRO 0 KM QUE APRESENTOU INÚMEROS PROBLEMAS	607
3.3 VEÍCULO IMPORTADO QUE NÃO PODERIA SER ABASTECIDO COM COMBUSTÍVEL NACIONAL	608
4 PROTEÇÃO CONTRATUAL	609
4.1 COMPRA DE UM VEÍCULO E MODIFICAÇÃO DE SEU DESIGN POUCO TEMPO DEPOIS.....	609
4.2 COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL E ÁREA TOTAL INFORMADA NO CONTRATO	611
4.3 REAJUSTE DE MENSALIDADE DE SEGURO-SAÚDE EM RAZÃO DE ALTERAÇÃO DE FAIXA ETÁRIA.....	612

4.4	DISTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA E RESTITUIÇÃO IMEDIATA DOS VALORES PAGOS.....	614
4.5	PERDA INTEGRAL DOS VALORES PAGOS EM CASO DE DESISTÊNCIA DE PACOTE TURÍSTICO.....	615
4.6	ACP PLEITEANDO NULIDADE DE CLÁUSULA ABUSIVA E CONDENAÇÃO PELOS DANOS CAUSADOS.....	616
4.7	ACP PARA COBRANÇA DE VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS DE CONSUMIDORES.....	619
5	BANCOS DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES.....	619
5.1	PRINCIPAIS ENTENDIMENTOS DO STJ SOBRE O TEMA.....	619
5.2	LEGALIDADE DO SISTEMA "CREDIT SCORING".....	624
6	EXERCÍCIOS DE REVISÃO.....	627
	DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL.....	629
1	REGIME JURÍDICO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES.....	629
1.1	INCONSTITUCIONALIDADE DE EFETIVAÇÃO DE SUBSTITUTO EM CARTÓRIO APÓS A CF/88.....	629
1.2	VACÂNCIA DE UMA SERVENTIA EXTRAJUDICIAL: COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DO TJ.....	631
1.3	GRATUIDADE DE JUSTIÇA E ATOS PRATICADOS POR NOTÁRIOS E REGISTRADORES.....	632
1.4	NOTÁRIOS E REGISTRADORES DEVEM PAGAR ISS SOBRE O VALOR DOS EMOLUMENTOS.....	632
2	TABELIONATO DE NOTAS.....	633
3	TABELIONATO DE PROTESTO.....	633
3.1	NOÇÕES GERAIS SOBRE O PROTESTO.....	633
3.2	PROTESTO DE CDA.....	634
3.3	RESPONSABILIDADE PELA BAIXA DO PROTESTO APÓS O PAGAMENTO.....	637
4	REGISTRO DE IMÓVEIS.....	638
4.1	ALTERAÇÃO DOS LIMITES TERRITORIAIS ENTRE OS ESTADOS E REFLEXO NOS TÍTULOS DE POSSE E PROPRIEDADE.....	638
4.2	AÇÃO DE RESOLUÇÃO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL SEM O REGISTRO DO LOTEAMENTO.....	640
OK	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	641
1	CRIANÇA OU ADOLESCENTE SOB GUARDA É DEPENDENTE PARA FINS DE PENSÃO POR MORTE.....	641
2	APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL.....	644
3	MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	649
3.1	NOÇÕES GERAIS.....	649

3.2	IMPOSSIBILIDADE DE PRIVAÇÃO DA LIBERDADE PELA PRÁTICA DO ART. 28 DA LEI DE DROGAS.....	650
3.3	INTERNAÇÃO E GRAVIDADE ABSTRATA DO ATO INFRACIONAL.....	651
3.4	INTERNAÇÃO NO CASO DE REITERAÇÃO DE ATOS INFRACIONAIS GRAVES	652
4	TRANSFERÊNCIA DE ADOLESCENTE INFRATOR PARA OUTRA UNIDADE DE INTERNAÇÃO	653
5	OUTROS TEMAS.....	654
5.1	ADOÇÃO DE NETO PELOS SEUS AVÓS.....	654
5.2	PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO DA ADOÇÃO.....	656
5.3	CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM SEU PAI OU MÃE QUE ESTEJA PRESO.....	656
5.4	LEI “MENINO BERNARDO”.....	659
5.5	DEVER DE COMUNICAR EVENTUAIS MAUS-TRATOS	663
6	EXERCÍCIOS DE REVISÃO	664
OK	DIREITO EMPRESARIAL.....	665
1	PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	665
1.1	NOÇÕES GERAIS SOBRE MARCA.....	665
1.2	DIREITO EXCLUSIVO DE USO DE MARCA REGISTRADA.....	667
1.3	PRECEDÊNCIA DE NOME EMPRESARIAL QUE NÃO IMPLICA DIREITO AO REGISTRO DE MARCA.....	669
1.4	LICENCIAMENTO DA MARCA E OBRIGAÇÃO DE O LICENCIADOR ZELAR PELA SUA INTEGRIDADE E REPUTAÇÃO.....	671
1.5	PROPAGANDA COMPARATIVA	673
1.6	PATENTES.....	675
2	CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	679
2.1	FACTORING	679
2.2	CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL.....	682
3	TÍTULOS DE CRÉDITO	683
3.1	NOTA PROMISSÓRIA.....	683
3.2	CHEQUE	684
3.3	CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL	687
4	FALÊNCIA.....	689
4.1	NOÇÕES GERAIS.....	689
4.2	PEDIDO DE FALÊNCIA.....	689
4.3	HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	694
4.4	RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	697
4.5	LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	708

DIREITO AMBIENTAL	711
1 RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL.....	711
1.1 EMPRESA QUE DEIXOU VAZAR AMÔNIA EM RIO E DANOS AOS PES- CADORES PROFISSIONAIS	711
1.2 PARTICULAR QUE DEPOSITA RESÍDUOS TÓXICOS EM SEU TERRENO	714
1.3 EMPRESA DE MINERAÇÃO QUE DEIXOU VAZAR RESÍDUOS DE LAMA TÓXICA	716
2 INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA ENVOLVENDO ANIMAIS SILVESTRES	718
3 EXERCÍCIOS DE REVISÃO	720
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	723
1 COMPETÊNCIA	723
1.1 DANOS CAUSADOS A ESTAGIÁRIO DURANTE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO CURRICULAR.....	723
1.2 DEMANDAS CONTRA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	724
1.3 AÇÕES CIVIS PÚBLICAS PROPOSTAS PELO MPF E COMPETÊNCIA.....	725
1.4 ANATEL NÃO É PARTE LEGÍTIMA EM AÇÃO DE USUÁRIO DE TELEFO- NIA CONTRA A CONCESSIONÁRIA.....	726
1.5 COMPETÊNCIA PARA DEMANDAS QUE ENVOLVAM PREVIDÊNCIA PRIVADA E REFER.....	727
1.6 APLICAÇÃO DO § 2º DO ART. 109 DA CF/88 TAMBÉM ÀS AUTARQUIAS FEDERAIS.....	730
1.7 CAUSA QUE ENVOLVA CONFLITO FEDERATIVO.....	732
1.8 CAUSA QUE INTERESSA A TODOS OS MEMBROS DA MAGISTRATURA ..	733
1.9 DEMANDAS CONTRA O CNJ E O CNMP.....	735
1.10 DEMANDA PROPOSTA POR CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO	737
1.11 AÇÃO ANULATÓRIA DE ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO E TRANS- FERÊNCIA DE DIREITOS POSSESSÓRIOS.....	737
1.12 AÇÃO DE DIVÓRCIO QUANDO O MARIDO FOR INCAPAZ.....	738
1.13 ANÁLISE DO CASO "REBAIXAMENTO DA PORTUGUESA".....	740
2 PROCEDIMENTO.....	742
2.1 CITAÇÃO	742
2.2 RESPOSTA DO RÉU E REVELIA.....	744
2.3 SUSPENSÃO DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS DURANTE O RECESSO.....	746
2.4 PROCESSO ELETRÔNICO.....	747
3 LITISCONSÓRCIO	748
4 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	749
4.1 CHAMAMENTO AO PROCESSO E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO	749
4.2 DENUNCIAÇÃO DA LIDE	750

5 PROVAS	751
5.1 JUIZ PODE INDEFERIR PERÍCIAS DESNECESSÁRIAS OU PROTETATÓRIAS	751
5.2 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO	752
5.3 PROVA EMPRESTADA	755
5.4 UTILIZAÇÃO DE PROVAS DO PROCESSO CRIMINAL PARA CONDENAR O RÉU EM AÇÃO CÍVEL	757
6 ASTREINTES	758
6.1 NOÇÕES GERAIS SOBRE AS ASTREINTES	758
6.2 EXECUÇÃO PROVISÓRIA DAS ASTREINTES FIXADAS EM TUTELA ANTECIPADA	760
6.3 DECISÃO QUE FIXA VALOR DAS ASTREINTES NÃO PRECLUI NEM FAZ COISA JULGADA	763
7 CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	765
8 SENTENÇA	766
9 JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	767
9.1 EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS E ADVOGADO SUBSTABELECIDO QUE NÃO PARTICIPOU DE TRANSAÇÃO	767
9.2 CORREÇÃO MONETÁRIA DEVE INCLUIR OS ÍNDICES DE DEFLAÇÃO	770
9.3 RESPONSABILIDADE PELOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DEPOSITADO EM JUÍZO	772
10 AÇÃO RESCISÓRIA	774
10.1 NOÇÕES GERAIS	774
10.2 INÍCIO DO PRAZO PARA A AÇÃO RESCISÓRIA EM CASO DE RECURSOS PARCIAIS	775
10.3 HIPÓTESE DO INCISO V DO ART. 485 DO CPC	779
11 RECURSOS	784
11.1 ASSINATURA ELETRÔNICA E ASSINATURA DIGITALIZADA	784
11.2 APELAÇÃO	786
11.3 AGRAVO	788
11.4 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	798
11.5 EMBARGOS INFRINGENTES	804
11.6 DECISÃO MONOCRÁTICA DO ART. 557 DO CPC	807
11.7 JULGAMENTO POR AMOSTRAGEM DO RESP E RE	810
11.8 RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÃO DO STJ QUE HOMOLOGA SENTENÇA ESTRANGEIRA	815
11.9 RECURSO CONTRA A DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NEGA SEGUIMENTO A RESP	816
12 LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	819
12.1 NOÇÕES GERAIS	819

12.2	DESCABIMENTO DE HONORÁRIOS AO PERITO QUE ELABORA OS CÁLCULOS DO CREDOR	822
12.3	BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA TEM DIREITO DE UTILIZAR A CONTADORIA JUDICIAL.....	822
12.4	LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO E ÔNUS DE ANTECIPAR OS HONORÁRIOS PERICIAIS.....	824
12.5	SENTENÇA PROFERIDA NA AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES NÃO PRECISA SER LIQUIDADADA.....	826
13	EXECUÇÃO.....	827
13.1	EXECUÇÃO PROVISÓRIA: DESCABE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DO EXEQUENTE.....	827
13.2	DEVEDOR INTIMADO PARA CUMPRIR SENTENÇA ILÍQUIDA E MULTA DO ART. 475-J	829
13.3	PARA SER EXECUTADO, DEVEDOR SOLIDÁRIO DEVE TER FIGURADO NO TÍTULO.....	830
13.4	PETIÇÃO DA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA POR EXCESSO DE EXECUÇÃO	832
13.5	EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE E CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS.....	835
13.6	REGRA QUE DETERMINA A LAVRATURA DO AUTO DE PENHORA E PENHORA <i>ON LINE</i>	837
13.7	PENHORA DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTA BANCÁRIA CONJUNTA.....	839
13.8	PENHORA DIRETAMENTE SOBRE BENS DO ESPÓLIO	840
13.9	ARRESTO EXECUTIVO ELETRÔNICO	841
13.10	INCISOS IV E X DO ART. 649 DO CPC	842
13.11	FRAUDE À EXECUÇÃO.....	848
13.12	PRECATÓRIO.....	853
13.13	ART. 1º-D DA LEI 9.494/97	863
14	EXECUÇÃO FISCAL	866
14.1	PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL	866
14.2	COMPETÊNCIA	872
14.3	REUNIÃO DE EXECUÇÕES FISCAIS PROPOSTAS CONTRA O MESMO DEVEDOR.....	875
14.4	EMENDA DA INICIAL PARA FAZER CONSTAR QUE A EXECUTADA ENCONTRA-SE EM FALÊNCIA.....	876
14.5	REDIRECIONAMENTO	878
14.6	REQUISITOS PARA A DECRETAÇÃO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS E DIREITOS.....	881
14.7	AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO PARA APELAÇÃO	883

14.8	PARCELAMENTO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO E INFLUÊNCIA SOBRE BENS PENHORADOS.....	885
14.9	RESTRICÇÃO DE VALOR ESTABELECIDO PELA LEI 12.514/2011 E EXECUÇÕES ANTERIORES.....	886
14.10	O ART. 20 DA LEI 10.522/2002 NÃO SE APLICA ÀS AUTARQUIAS FEDERAIS.....	889
14.11	REMESSA NECESSÁRIA E EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.....	890
14.12	EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO POR ABANDONO DA FAZENDA PÚBLICA.....	892
15	JUIZADOS ESPECIAIS.....	893
15.1	COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR.....	893
15.2	MANDADO DE SEGURANÇA PARA CONTROLE DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	894
16	MANDADO DE SEGURANÇA.....	896
16.1	NÃO CABE INTERVENÇÃO DE <i>AMICUS CURIAE</i> EM MS.....	896
16.2	É POSSÍVEL DESISTIR DO MS MESMO APÓS A SENTENÇA DE MÉRITO.....	897
16.3	COMPETÊNCIA PARA JULGAR MS IMPETRADO CONTRA PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL.....	898
16.4	INDICAÇÃO ERRÔNEA DA AUTORIDADE COATORA.....	900
17	PROCESSO COLETIVO.....	901
17.1	ADEQUAÇÃO DA ACP PARA VEICULAR DETERMINADAS MATÉRIAS.....	901
17.2	AMPLIAÇÃO DO ÂMBITO DE PROTEÇÃO DA ACP.....	905
17.3	MP TEM LEGITIMIDADE PARA AJUIZAR ACP EM FAVOR DOS BENEFICIÁRIOS DO DPVAT.....	906
17.4	MP TEM LEGITIMIDADE PARA AJUIZAR ACP EM DEFESA DE MUTUÁRIOS DO SFH.....	909
17.5	LITISCONSÓRCIO ENTRE MINISTÉRIOS PÚBLICOS.....	910
17.6	LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA EM AÇÕES COLETIVAS.....	911
17.7	AÇÃO COLETIVA PROPOSTA POR SINDICATO.....	914
17.8	AÇÃO COLETIVA PROPOSTA PELA ASSOCIAÇÃO.....	915
17.9	EFICÁCIA SUBJETIVA DA ACP E ART. 16 DA LEI 7.347/85.....	921
17.10	ACP PARA TUTELAR DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E EFICÁCIA ERGA OMNES DA SENTENÇA.....	926
17.11	TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA NA ACP.....	927
18	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	928
18.1	AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	928
18.2	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	930
19	EXERCÍCIOS DE REVISÃO.....	931

DIREITO PENAL.....	935
1 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....	935
1.1 NOÇÕES GERAIS.....	935
1.2 CRIMES NOS QUAIS A JURISPRUDÊNCIA <i>RECONHECE</i> A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO.....	942
1.3 CRIMES NOS QUAIS A JURISPRUDÊNCIA <i>REJEITA</i> A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO.....	949
1.4 CRIMES NOS QUAIS EXISTE <i>DIVERGÊNCIA</i> NA JURISPRUDÊNCIA.....	953
2 DOSIMETRIA DA PENA.....	956
2.1 PRIMEIRA FASE (CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS).....	956
2.2 SEGUNDA FASE (AGRAVANTES E ATENUANTES).....	962
3 CRIME CONTINUADO.....	969
4 EFEITOS DA CONDENAÇÃO E PERDA DO CARGO.....	974
4.1 EFEITOS DO ART. 92 NÃO SÃO AUTOMÁTICOS.....	974
4.2 O ART. 92 NÃO SE APLICA A PROMOTOR DE JUSTIÇA CONDENADO.....	975
4.3 O ART. 92 NÃO PREVÊ A PERDA DA APOSENTADORIA.....	976
5 FIXAÇÃO DO REGIME PRISIONAL.....	977
6 PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	980
7 PRESCRIÇÃO.....	981
7.1 O § 1º DO ART. 110 DO CP, ALTERADO PELA LEI 12.234/2010, É CONSTITUCIONAL.....	981
7.2 CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO E OS EFEITOS DA PRESCRIÇÃO NA INABILITAÇÃO PARA CARGO.....	986
7.3 PRESCRIÇÃO DE MEDIDA DE SEGURANÇA.....	988
8 OUTROS TEMAS DA PARTE GERAL.....	990
8.1 UM CRIME NÃO PODE SER ABSORVIDO POR UMA CONTRAVENÇÃO PENAL.....	990
8.2 PERDÃO JUDICIAL E HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR.....	991
8.3 DURANTE A SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA NÃO CORRE PRAZO O PRESCRICIONAL.....	993
9 CRIMES CONTRA A VIDA.....	993
9.1 HOMICÍDIO (ART. 121).....	993
10 CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL.....	995
11 CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	998
11.1 FURTO (ART. 155 DO CP).....	998
11.2 ROUBO (ART. 157 DO CP).....	1003
11.3 DANO (ART. 163 DO CP).....	1007
11.4 ESTELIONATO (ART. 171 DO CP).....	1009

11.5	DUPLICATA SIMULADA (ART. 172)	1010
12	CRIMES CONTRA A HONRA	1012
13	CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	1014
13.1	VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL (ART. 184 DO CP)	1014
14	CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	1018
14.1	ESTUPRO (ART. 213)	1018
14.2	ESTUPRO DE VULNERÁVEL (ART. 217-A DO CP)	1023
14.3	FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO (ART. 218-B DO CP)	1024
15	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	1025
15.1	MOEDA FALSA (ART. 289 DO CP)	1025
15.2	FALSIFICAÇÃO DE PAPÉIS PÚBLICOS (ART. 293 DO CP)	1027
15.3	OMISSÃO DE ANOTAÇÃO NA CTPS (ART. 297, § 4º DO CP)	1028
15.4	FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP)	1031
15.5	FALSA IDENTIDADE (ART. 307 DO CP)	1035
16	CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1038
16.1	CORRUPÇÃO PASSIVA E ATIVA (ARTS. 317 E 333)	1038
16.2	DESCAMINHO (ART. 334)	1039
16.3	CONTRABANDO (ART. 334-A)	1043
16.4	DENUNCIÇÃO CALUNIOSA (ART. 339)	1044
16.5	ORDENAÇÃO DE DESPESA NÃO AUTORIZADA (ART. 359-D)	1045
16.6	CAUSA DE AUMENTO DO ART. 327, § 2º DO CP	1047
17	RACISMO (LEI 7.716/86)	1048
18	CRIMES HEDIONDOS (LEI 8.072/90)	1049
19	CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (LEI 8.137/90)	1053
19.1	NOÇÕES GERAIS	1053
19.2	ANÁLISE DO ART. 1º DA LEI 8.137/90	1054
19.3	PARCELAMENTO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO APÓS A CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO	1073
20	CRIMES NA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI 8.666/93)	1075
21	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI 9.503/97)	1078
22	ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/2003)	1079
22.1	PORTE OU POSSE DE ARMA DE FOGO QUEBRADA	1079
22.2	TRANSPORTE DE ARMA DE FOGO POR PRATICANTE DE TIRO DESPORTIVO	1081
22.3	ABOLITIO CRIMINIS TEMPORÁRIA	1082
22.4	PORTE DE ARMA PARA AGENTES E GUARDAS PRISIONAIS	1091
23	LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006)	1092
23.1	APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA PARA AGRESSÃO DE FILHA CONTRA A MÃE	1092

23.2	PRESUNÇÃO LEGAL DA HIPOSSUFICIÊNCIA DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	1094
23.3	COMPETÊNCIA PARA CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA PRATICADOS COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	1095
23.4	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA NÃO CONFIGURA CRIME DE DESOBEDIÊNCIA.....	1097
23.5	APLICAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA TAMBÉM A AÇÕES CÍVEIS.....	1098
23.6	DESCABIMENTO DA TRANSAÇÃO PENAL.....	1099
24	LEI DE DROGAS (LEI 11.343/2006)	1100
24.1	CONDENAÇÃO PELO ART. 28 DA LD GERA REINCIDÊNCIA	1100
24.2	FINANCIAMENTO DO TRÁFICO E ASSEMELHADOS (ART. 36)	1102
24.3	DROGA TRANSPORTADA EM TRANSPORTE PÚBLICO E CAUSA DE AUMENTO DO ART. 40 DA LEI 11.343/2006.....	1103
24.4	DESTRUIÇÃO DE DROGAS APREENDIDAS.....	1105
24.5	INTERROGATÓRIO COMO PRIMEIRO ATO DA AUDIÊNCIA.....	1108
24.6	UTILIZAÇÃO DA NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA NA DOSIMETRIA NA PENA	1110
24.7	DIMINUIÇÃO NO CASO DE SEMI-IMPUTABILIDADE	1113
24.8	SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRIÇÃO DE DIREITOS.....	1113
24.9	VEDAÇÃO AO INDULTO PARA O TRAFICANTE PRIVILEGIADO.....	1116
25	OUTROS TEMAS DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	1119
25.1	NECESSIDADE DE PERÍCIA PARA A CONFIGURAÇÃO DO CRIME DO ART. 7º, IX, DA LEI 8.137/90	1119
25.2	RÁDIO COMUNITÁRIA CLANDESTINA (ART. 183 DA LEI 9.472/97)	1120
25.3	DISCRIMINAÇÃO DOS PORTADORES DO VÍRUS HIV E DOENTES DE AIDS	1122
26	EXERCÍCIOS DE REVISÃO	1123
	DIREITO PROCESSUAL PENAL	1127
1	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	1127
1.1	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL REALIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	1127
1.2	TRAMITAÇÃO DIRETA DO IP ENTRE POLÍCIA E MP.....	1128
1.3	INDICIAMENTO.....	1133
1.4	USO DE INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVOS PELOS AGENTES DE SEGURANÇA	1134
2	AÇÃO PENAL.....	1136
2.1	INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE À AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	1136

2.2 DENÚNCIA	1137
2.3 AÇÃO PENAL PRIVADA.....	1139
2.4 QUEIXA-CRIME.....	1141
3 COMPETÊNCIA.....	1149
3.1 TORTURA COMETIDA CONTRA BRASILEIRO NO EXTERIOR.....	1149
3.2 COMPETÊNCIA NO CASO DE CRIMES PRATICADOS CONTRA CONSULADO ESTRANGEIRO.....	1151
3.3 COMPETÊNCIA NO CASO DE TRÁFICO TRANSNACIONAL DE DROGAS PELO CORREIO	1152
3.4 CRIMES COMETIDOS CONTRA SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA FEDERAL	1154
3.5 CRIMES ENVOLVENDO A JUNTA COMERCIAL.....	1155
3.6 CRIME DE PERIGO DE DESASTRE FERROVIÁRIO.....	1157
3.7 FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NAVAIS EXPEDIDOS PELA MARINHA	1159
3.8 COMPETÊNCIA PARA JULGAR O CRIME DE INCITAÇÃO À DISCRIMINAÇÃO PELA <i>INTERNET</i>	1162
3.9 VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE PODE JULGAR ESTUPRO DE VULNERÁVEL SE PREVISTO NA LEI ESTADUAL.....	1163
3.10 FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	1166
4 PRISÃO E LIBERDADE	1180
4.1 PRISÃO DOMICILIAR DO CPP	1180
4.2 MANUTENÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR MESMO O RÉU TENDO SIDO CONDENADO A REGIME SEMIABERTO.....	1181
5 PROCEDIMENTO.....	1184
5.1 CITAÇÃO POR EDITAL E OITIVA DE POLICIAIS COMO PROVA ANTECIPADA	1184
5.2 ACUSADO NÃO PODE ASSISTIR INTERROGATÓRIO DO CORRÉU MESMO QUE SEJA ADVOGADO.....	1187
5.3 NO PROCEDIMENTO DA LEI DE DROGAS, O INTERROGATÓRIO É O PRIMEIRO ATO DA AUDIÊNCIA	1190
5.4 NÃO É POSSÍVEL APLICAR A FASE DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA AO PROCEDIMENTO PREVISTO NA LEI 8.038/90.....	1191
5.5 DEFESA PRELIMINAR DO ART. 514 DO CPP	1194
5.6 COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS POR DJE E INÍCIO DA CONTAGEM DOS PRAZOS.....	1196
5.7 AUSÊNCIA DE PRAZO DIFERENCIADO PARA O MP	1198
6 PROVAS	1198
6.1 INTIMAÇÃO DE AUTORIDADE PARA PRESTAR DECLARAÇÕES COMO TESTEMUNHA	1198

6.2	DIREITO DE PERMANECER CALADO E CONFISSÃO FEITA POR TESTEMUNHA.....	1199
6.3	ILICITUDE DE UTILIZAÇÃO DO RMF NO PROCESSO PENAL.....	1200
7	INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	1203
7.1	INTERCEPTAÇÃO, ESCUTA E GRAVAÇÃO TELEFÔNICA.....	1203
7.2	DESNECESSIDADE DE TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DOS DIÁLOGOS CAPTADOS.....	1205
7.3	ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS.....	1207
7.4	INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E GRAVAÇÃO DE CONVERSA DO INVESTIGADO COM SEU ADVOGADO.....	1209
8	FIANÇA.....	1210
9	TRIBUNAL DO JÚRI.....	1212
9.1	NOÇÕES GERAIS.....	1212
9.2	DECISÃO DE PRONÚNCIA E INTIMAÇÃO DO RÉU POR EDITAL.....	1215
9.3	INTIMAÇÃO DO RÉU POR EDITAL PARA A SESSÃO DE JULGAMENTO DO JÚRI.....	1219
9.4	TESTEMUNHAS OUVIDAS NO PLENÁRIO DO JÚRI.....	1221
9.5	LEITURA DE DOCUMENTO NO JÚRI E JUNTADA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 3 DIAS.....	1223
9.6	O ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO TEM DIREITO À RÉPLICA MESMO QUE O MP NÃO A EXERÇA.....	1224
9.7	VOTAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI.....	1225
10	NULIDADE.....	1233
10.1	MAGISTRADO QUE JULGOU PAD CONTRA O RÉU NÃO ESTÁ IMPEDIDO DE DECIDIR O PROCESSO CRIMINAL.....	1233
10.2	MAGISTRADO QUE JULGOU ACP CONTRA O RÉU NÃO ESTÁ IMPEDIDO DE DECIDIR O PROCESSO CRIMINAL.....	1234
10.3	MAGISTRADO IMPEDIDO QUE PARTICIPOU DO JULGAMENTO EM ÓRGÃO COLEGIADO QUE DECIDIU POR UNANIMIDADE.....	1235
10.4	NULIDADE PELA JUNTADA POSTERIOR DO VOTO VENCIDO NA APELAÇÃO.....	1236
10.5	PEDIDO PARA QUE PRESO SEJA TRANSPORTADO ATÉ A SEDE DA DEFENSORIA PARA ENTREVISTA.....	1236
11	SENTENÇA E OUTRAS DECISÕES.....	1238
11.1	FUNDAMENTAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS INVESTIGATIVAS.....	1238
11.2	PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO (CONGRUÊNCIA), CAUSA DE AUMENTO E <i>EMENDATIO LIBELLI</i>	1239
11.3	PROVA INSUFICIENTE PARA CONDENAÇÃO.....	1243
11.4	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM FAVOR DE DEFENSOR DATIVO.....	1243
12	RECURSOS.....	1244

12.1	PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE	1244
12.2	RECURSO DE TERCEIRO PREJUDICADO QUE JÁ TEVE PEDIDO NEGADO EM EMBARGOS DE TERCEIRO	1245
12.3	POSSIBILIDADE DE <i>EMENDATIO LIBELLI</i> DESDE QUE NÃO HAJA <i>REFORMATIO IN PEJUS</i>	1246
12.4	MS PARA ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RESE	1250
12.5	NÃO CABEM EMBARGOS INFRINGENTES NO STF PARA DISCUTIR O <i>QUANTUM</i> DA PENA APLICADA	1251
13	HABEAS CORPUS	1252
13.1	NÃO CABIMENTO DE HC QUANDO NÃO ESTÁ EM JOGO A LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO	1252
13.2	NÃO CABIMENTO DE HC PARA QUESTIONAR PENA DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR	1253
13.3	<i>HABEAS CORPUS</i> IMPETRADO NO ÂMBITO DE PROCESSO DE REVISÃO CRIMINAL	1254
13.4	(IN)DISPENSABILIDADE DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA PARA RECURSO ORDINÁRIO EM HC	1256
14	JUIZADOS ESPECIAIS	1257
15	EXECUÇÃO PENAL	1262
15.1	NÃO É POSSÍVEL A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA	1262
15.2	MEDIDA DE SEGURANÇA	1263
15.3	TRABALHO EXTERNO	1264
15.4	PROGRESSÃO DE REGIME E ESTRANGEIRO QUE CUMPRE PENA NO BRASIL	1267
15.5	CONSEQUÊNCIAS DECORRENTES DA PRÁTICA DE FALTA GRAVE	1270
15.6	REMIÇÃO	1272
15.7	LIVRAMENTO CONDICIONAL	1273
15.8	PRESCRIÇÃO DE INFRAÇÕES DISCIPLINARES NA EXECUÇÃO PENAL É DE 3 ANOS	1277
15.9	INEXISTÊNCIA DE CASA DE ALBERGADO E PRISÃO DOMICILIAR	1280
15.10	INDULTO	1282
16	PRESÍDIO FEDERAL	1286
17	EXERCÍCIOS DE REVISÃO	1293
	DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR	1297
1	COMPETÊNCIA	1297
1.1	COMPETÊNCIA PARA JULGAR CIVIL QUE USA DOCUMENTO FALSO JUNTO À MARINHA	1297
1.2	DESACATO CONTRA MILITAR DA MARINHA DO BRASIL EM ATIVIDADE DE PATRULHAMENTO NAVAL	1301

1.3 MILITAR QUE PRATICOU ESTELIONATO PARA BURLAR CONDENAÇÃO NA JUSTIÇA MILITAR.....	1302
2 PROCEDIMENTO.....	1304
2.1 INTERROGATÓRIO NO CPPM CONTINUA SENDO FEITO ANTES DA OITIVA DAS TESTEMUNHAS.....	1304
2.2 É CONSTITUCIONAL A VEDAÇÃO AO SURSIS NOS CASOS DO ART. 88, II, "A" DO CPM.....	1305
3 CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MISSÃO.....	1306
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	1307
1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	1307
1.1 PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE TRIBUTÁRIA E REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO FISCAL.....	1307
1.2 REGRA DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL E LEI DE CONVERSÃO DA MP.....	1309
1.3 PRINCÍPIO DA ISONOMIA TRIBUTÁRIA.....	1310
2 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.....	1311
2.1 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA (OU INTERGOVERNAMENTAL)....	1311
2.2 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RELIGIOSA.....	1317
2.3 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DE ENTIDADES EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS.....	1320
2.4 INCONSTITUCIONALIDADE DE CE QUE PREVÊ IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PARA VEÍCULOS DE RADIODIFUSÃO.....	1324
2.5 IMUNIDADE DO ART. 195, § 7º DA CF/88 É REGULAMENTADA POR LEI ORDINÁRIA E ABRANGE O PIS.....	1324
3 COMPENSAÇÃO.....	1325
4 PEDÁGIO.....	1328
5 IMPOSTOS FEDERAIS.....	1332
5.1 FONTE PAGADORA FORNECE DECLARAÇÃO INDEVIDA DE QUE RENDIMENTO ERA ISENTO.....	1332
5.2 IR E INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 12 DA LEI 7.713/88.....	1334
5.3 DESCONTOS INCONDICIONAIS E SUA NÃO INCIDÊNCIA NA BASE DE CÁLCULO DO IPI.....	1336
5.4 PRODUTOS IMPORTADOS ESTÃO SUJEITOS A NOVA INCIDÊNCIA DE IPI NA OPERAÇÃO DE REVENDA.....	1339
5.5 SELO PARA CONTROLE DE RECOLHIMENTO DE IPI NÃO PODE SER COBRADO DO CONTRIBUINTE.....	1340
5.6 CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE ITR SOBRE ÁREA DE RESERVA LEGAL SE ESTIVER AVERBADA NO RI.....	1342
6 ICMS.....	1343
6.1 NOÇÕES GERAIS.....	1343

6.2	PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE E REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO EQUIPARADA A ISENÇÃO PARCIAL.....	1343
6.3	ICMS E <i>LEASING</i> INTERNACIONAL.....	1345
6.4	ICMS NÃO INCIDE SOBRE O SERVIÇO DE HABILITAÇÃO DE TELEFONE CELULAR.....	1348
6.5	ICMS E SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS E DE CARGAS.....	1349
6.6	PROTOCOLO ICMS 21/2011 DO CONFAZ É INCONSTITUCIONAL.....	1350
6.7	EMPRESAS DE TRANSPORTE FLUVIAL E CREDITAMENTO DE ICMS REFERENTE AO COMBUSTÍVEL.....	1353
6.8	CREDITAMENTO DE ICMS E NOTA FISCAL POSTERIORMENTE DECLARADA INIDÔNEA.....	1355
7	CONTRIBUIÇÕES.....	1356
7.1	COFINS.....	1356
7.2	INEXISTÊNCIA DE ISENÇÃO DE COFINS PARA SOCIEDADES PROFISSIONAIS.....	1357
7.3	BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS E ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS...	1359
7.4	INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO IV DO ART. 22 DA LEI 8.212/91	1359
7.5	FUNRURAL.....	1362
8	SIMPLES.....	1362
9	OUTROS TEMAS.....	1365
9.1	CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA.....	1365
9.2	REFIS E TESE DA PARCELA ÍNFIMA.....	1368
9.3	EXCLUSÃO DO REFIS POR ERRO DO FISCO.....	1370
9.4	FISCO DEMORA MAIS QUE CINCO ANOS PARA EXAMINAR PEDIDO DE PARCELAMENTO E NÃO EXECUTA.....	1370
9.5	LEI ESTADUAL NÃO PODE EXIGIR GARANTIA DE EMPRESA INADIMPLENTE PARA QUE ESTA EMITA NOTA FISCAL.....	1372
9.6	BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL....	1374
9.7	<i>HABEAS DATA</i> NÃO É VIA ADEQUADA PARA CONTRIBUINTE TER ACESSO AO RPF.....	1375
10	EXERCÍCIOS DE REVISÃO.....	1376
	DIREITO PREVIDENCIÁRIO.....	1379
1	PRINCÍPIO DA CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.	1379
2	APOSENTADORIA.....	1382
2.1	VÍNCULOS CONCOMITANTES E APROVEITAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES EM REGIMES DIVERSOS.....	1382
2.2	APOSENTADORIA RURAL: CERTIDÃO DE CASAMENTO E INÍCIO DE PROVA MATERIAL.....	1383
2.3	APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA.....	1385

2.4	APOSENTADORIA ESPECIAL E LIMITES DE RUÍDO: DECRETO 4.882/2003	1389
2.5	UTILIZAÇÃO DO EPI PELO SEGURADO E PPP INDICANDO EFICÁCIA DOS EQUIPAMENTOS CONTRA RUÍDO	1390
2.6	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ CONCEDIDA PELA VIA JUDICIAL E DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	1395
2.7	CÁLCULO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DECORRENTE DA CONVERSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA	1397
2.8	ACUMULAÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE COM APOSENTADORIA	1398
3	AUXÍLIO-RECLUSÃO	1400
4	INDENIZAÇÃO AOS "SOLDADOS DA BORRACHA" (EC 78/2014)	1402
5	DESAPOSENTAÇÃO	1404
6	ACIDENTE DE TRABALHO ATÍPICO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL	1407
7	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	1409
7.1	NOÇÕES GERAIS	1409
7.2	ANÁLISE DAS VERBAS SOBRE AS QUAIS INCIDIRÁ A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	1410
7.3	LEGITIMIDADE PASSIVA NAS DEMANDAS QUESTIONANDO CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1416
8	PROCESSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO	1417
8.1	NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO NA VIA JUDICIAL	1417
8.2	EFICÁCIA TEMPORAL DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97, MODIFICADO PELA LEI 11.960/09	1423
8.3	DEVOLUÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS POR DECISÃO JUDICIAL REFORMADA	1425
8.4	INSS PODE CANCELAR BENEFÍCIO ASSISTENCIAL CONCEDIDO PELA VIA JUDICIAL	1428
9	PREVIDÊNCIA PRIVADA	1430
9.1	IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE VERBA NÃO PREVISTA NO REGULAMENTO	1430
9.2	ENTIDADE PÚBLICA PATROCINADORA DO PLANO E AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO	1432
9.3	MIGRAÇÃO DOS PARTICIPANTES OU ASSISTIDOS PARA OUTRO PLANO DE BENEFÍCIOS DA MESMA ENTIDADE	1433
10	EXERCÍCIOS DE REVISÃO	1435
DIREITO INTERNACIONAL		1437
1	EXTRADIÇÃO	1437
1.1	LEGITIMIDADE DA INTERPOL PARA REQUERER PRISÃO CAUTELAR PARA FINS DE EXTRADIÇÃO	1437

1.2 NOVO PEDIDO DE EXTRADIÇÃO APÓS JÁ TER SIDO DEFERIDO UM ANTERIORMENTE A OUTRO ESTADO ESTRANGEIRO	1439
2 EXPULSÃO	1440
3 EXECUÇÃO FISCAL CONTRA ESTADO ESTRANGEIRO: IMUNIDADES TRIBUTÁRIA, DE JURISDIÇÃO E DE EXECUÇÃO	1446
4 HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA.....	1450
5 DIVÓRCIO REALIZADO NO BRASIL E BENS SITUADOS NO ESTRANGEIRO.	1455
6 EXERCÍCIOS DE REVISÃO	1456
SÚMULAS DO STF E STJ ORGANIZADAS POR ASSUNTO.....	1459
BIBLIOGRAFIA.....	1579